

Índice

“Ampliar a oferta educativa melhora todo o sistema”	1
Polariza-se o debate sobre o aborto nos EUA.....	2
“Cuando el final se acerca”	3
“Zero Days”	4

“Ampliar a oferta educativa melhora todo o sistema”

O alemão Ludger Woessmann é um dos principais especialistas mundiais em economia da educação, e em termos específicos na [análise dos fatores que têm influência no rendimento académico dos estudantes](#). Além do seu trabalho como professor na Universidade de Munique, dirige o departamento dedicado à educação no Ifo Institute for Economic Research.

Recentemente, Woessmann esteve em Madrid como convidado no Ciclo de Educação organizado pela Fundación Europea Sociedad y Educación em colaboração com a Fundación Ramón Areces. A partir da sua intervenção propusemos-lhe algumas perguntas.

— *As suas investigações mostram que, na relação entre despesa pública por estudante e rendimento académico, a quantia investida se revela menos importante do que o modo como é utilizado este dinheiro. Tem algum conselho a dar às administrações educativas?*

— É verdade que, uma vez alcançado um nível mínimo de despesa, acrescentar mais recursos não assegura melhores resultados. Parece muito mais importante que os decisores de como empregar os recursos tenham incentivos para se centrarem verdadeiramente em melhorar a aprendizagem dos alunos, o que nem sempre acontece. Nisto consiste saber utilizar o dinheiro: dedicá-lo ao que verdadeiramente importa, de acordo com as necessidades específicas de cada região. Nalguns sítios, aquilo de que as escolas realmente necessitam

para melhorar os resultados dos seus alunos pode ser um bom acesso à Internet; noutros, um programa específico de formação dos professores.

Dito isto, o que os estudos indicam é que, na maioria das situações, o rendimento dos alunos não melhora por se aumentar a despesa total por estudante nem o rácio professores-alunos, nem muito menos por reduzir a dimensão das classes de aula. Pelo contrário, a qualidade dos professores demonstrou ser crucial. Infelizmente, não é claro que aspetos da sua formação inicial e do seu posterior desenvolvimento profissional têm uma relação direta com a preparação do docente e, portanto, com o benefício proporcionado aos alunos.

— *Defende que a existência de um sólido setor privado (escolas privadas e concertadas) beneficia toda a comunidade educativa e também as escolas públicas. Porquê?*

— De acordo com a literatura científica sobre o tema, não se trata de as escolas privadas obterem necessariamente melhores resultados do que as públicas (uma vez descontado o fator socioeconómico dos seus alunos). Contudo, o próprio facto de ampliar a oferta educativa para os pais, com o consequente efeito de “pressionar” as restantes escolas a fazerem um bom trabalho, leva a que a qualidade acabe por melhorar globalmente. De facto, diversas investigações demonstram que são precisamente as escolas públicas as que mais beneficiam quando as famílias dispõem de mais alternativas no setor privado. A lei da oferta e da procura funciona, igualmente no âmbito educativo. Por exemplo, é o que sucede na Holanda ou na Bélgica, onde muitos alunos estudam em escolas de gestão privada.

— *Todavia, há quem pense que a escola privada não “joga limpo” nessa competição da qual estava a falar (incapacidade de algumas famílias para pagar estas escolas, supostos critérios não ligados ao mérito na seleção dos alunos). Há quem acuse diretamente a escola privada de fomentar a desigualdade. Que valor têm estas críticas?*

— Há certamente o risco das escolas privadas aumentarem a segregação e a desigualdade dos alunos. Neste sentido, há dois aspetos que as administrações escolares devem ter em conta para o prevenir. O primeiro tem a ver com o financiamento. Obviamente, não pode acontecer que apenas as famílias ricas tenham acesso a estas escolas. De facto, estudos recentes demonstram que as escolas que se financiam sobretudo com fundos privados não produzem uma verdadeira competitividade e, portanto, não melhoram o sistema, porque apenas aumentam a oferta para alguns poucos. Daí que, temos de caminhar para uma maior autonomia na gestão das escolas, combinada com um maior financiamento público. Mais uma vez, a Holanda constitui um bom exemplo: 75 % dos estudantes frequentam uma escola de gestão privada. Mas estas escolas são sustentadas com fundos públicos em igualdade com as escolas que têm gestão estatal. Além disso, a própria Constituição garante que seja dessa forma.

O segundo aspeto para assegurar uma competitividade com base no mérito tem a ver com a seleção de alunos. Às escolas privadas dever-se-ia proibir o *cream-skimming* (utilizar critérios desenhados para afastar alunos não “apetecíveis”). Uma vez isto resolvido, para que a competitividade funcione, o mais importante é assegurar que as boas escolas se possam expandir e, conseqüentemente, que as más desapareçam. Criam-se assim os incentivos para melhorar a qualidade. Portanto, se muitos estudantes querem frequentar uma determinada escola, esta tem de poder crescer para responder à procura. Se, por problemas logísticos, num ano letivo não se pode dar lugar a todos, provavelmente o mais justo seria fazer a atribuição por meio de um sorteio.

— *Qual é a sua opinião sobre o cheque escolar? Os detratores desta medida costumam apontar a Suécia como exemplo do seu fracasso...*

— Os estudos recentes sobre a Suécia referem que, desde a implementação desta política, a evolução do rendimento académico foi maior precisamente nas regiões onde se abriram mais escolas de gestão não pública, em comparação com aquelas onde houve pouca concorrência privada. Penso que a deterioração global do sistema educativo sueco está mais relacionada com o facto de ter havido pouca prestação de contas: deixar que os pais escolham uma escola, mas ninguém poder verificar se os estudantes estão realmente a aprender, as famílias irão fazer as suas escolhas com base noutros aspetos, como, por exemplo, se a escola tem um bom ginásio. Desta forma, aumentar a liberdade de escolha não basta para produzir melhorar resultados.

— *Explicou que existe uma relação positiva entre a autonomia das escolas na sua gestão e os resultados académicos. Não seria fantástico que as escolas públicas também pudessem beneficiar desta maior autonomia?*

— À partida, a autonomia também é importante no setor público. Mas, ao mesmo tempo, é uma espada de dois gumes. Por um lado, as escolas locais conhecem melhor do que ninguém as necessidades dos seus alunos. Mas por outro, nem sempre aproveitam a sua autonomia para melhorar realmente a qualidade do ensino, sobretudo se não existe um mecanismo claro de prestação de contas, ou se essa autonomia não é suficientemente ampla para abordar mudanças estruturais. De facto, os estudos demonstram que uma maior autonomia pode ser má para alguns estudantes (por exemplo, em países pobres) e boa para outros, e que ter testes externos é um requisito para que a autonomia produza os seus frutos.

F. R.-B.

Polariza-se o debate sobre o aborto nos EUA

Em 1973, com a sentença *Roe vs Wade*, o Supremo Tribunal dos EUA impôs a liberalização do aborto em todo o país, pelo que os estados já não podem proibi-lo mais do que no terceiro trimestre ou desde que o feto seja viável. Depois da [entrada de Brett Kavanaugh para o Supremo](#), é crença geral haver uma maioria de juizes favoráveis a revogar a sentença *Roe*, e muitos pró-vida consideram ser a oportunidade de o conseguir.

Nos últimos meses, dez estados aprovaram novas restrições do aborto, algumas claramente incompatíveis com a sentença *Roe*. Cinco proibiram o aborto a partir do momento em que é possível detetar os pulsos do coração incipiente do feto, ou seja, na sexta semana. Por último, o Alabama proibiu-o por completo, com poucas exceções.

Estes desafios diretos à sentença *Roe* não entraram nem entrarão em vigor. Uns já foram objeto de recurso e suspensos; os restantes irão sê-lo. Mas é disso que se tratava: para chegar, de recurso em recurso, até ao Supremo Tribunal dos EUA.

Pelo contrário, já estão em vigor algumas leis elaboradas também na previsão de que o Supremo Tribunal anule a sentença *Roe*, mas por estados de maioria democrata e com o objetivo oposto. Em janeiro, Nova Iorque eliminou do Código Penal o delito de aborto e ampliou os pressupostos admitidos para abortar no terceiro trimestre: além do perigo de morte

para a mãe, agora passa a ser considerado o risco para a saúde dela e a inviabilidade do feto.

Mais drástica é a lei aprovada em Vermont: proíbe aos poderes estaduais interferirem seja de que modo for no direito a abortar. Tem a promulgação assegurada, pois o governador – republicano – anunciou que não a irá vetar. Além disso, os democratas de Vermont promovem uma emenda à Constituição estadual para que seja definida como um direito fundamental a “autonomia reprodutiva pessoal”, processo que levaria vários anos.

No campo pró-vida, as novas medidas constituem uma grande mudança relativamente à estratégia, seguida até agora, de ganhar terreno gradualmente. Embora muitas tentativas tenham acabado por se gorar nos tribunais, outras tiveram sucesso e têm vindo a limitar o aborto: com requisitos mais estritos para as clínicas e médicos que praticam abortos, exigências de informação sobre o aborto e as suas consequências para obter o consentimento da mulher, proibição dos abortos tardios através de dilatação e extração (D&E – Dilation and Evacuation, que começa por esmagar o crânio do feto), restrições quando a grávida é menor de idade, adiantamento do limite de viabilidade...

Tudo isso deu os seus frutos: a taxa de abortos tem vindo a baixar desde 1980 – também devido a outros fatores – e nos estados com tais medidas, diminuíram muito os estabelecimentos pró-aborto.

Nem todos os pró-vida concordam em procurar o confronto direto. Advertem que não é uma certeza que o Supremo Tribunal revogue a doutrina *Roe*, e se a confirmar, a situação será pior do que agora e a causa irá sofrer um forte desgaste.

Por seu turno, a reação legislativa dos pró-aborto tem um valor mais simbólico do que prático. A nova lei de Nova Iorque abarca uma pequena minoria de abortos. Vermont não necessitava de confirmar que lá o aborto é livre, pois é um dos poucos estados que nunca colocaram qualquer restrição legal e sempre permitiram abortar a qualquer momento.

Mas estes estados e os outros que preparam medidas similares, querem lançar uma mensagem, oposta à das medidas pró-vida. Isso foi sublinhado pelo governador de Nova Iorque ao escolher o dia 22 de janeiro, aniversário da sentença *Roe*, para assinar o alargamento do aborto, e declararam-no os promotores da nova lei de Vermont. Estas reações em defesa do aborto têm, além disso, o efeito de mobilizar as bases, que ultimamente têm multiplicado as manifestações e atos de protesto.

Assim, a nova composição do Supremo Tribunal pôs em movimento os dois campos: a um, porque observa a oportunidade de vir a ser anulada a doutrina *Roe*; ao outro, porque a vê ameaçada. Mas que possibilidades reais existem de se cumprir essa esperança ou receio?

Por clara que pareça a maioria conservadora atual no Supremo Tribunal, é muito difícil adivinhar como se comportariam os magistrados perante este caso. Por um lado, eles decidem que recursos admitem; não querendo pronunciar-se sobre a sentença *Roe*, bastaria que recusassem analisar o assunto.

Por outro, os votos dos juizes não são previsíveis, e nos cinco conservadores há um, o presidente John Roberts, que agora alinhou com os liberais em dois casos sobre aborto, embora sobre questões marginais: as credenciais profissionais exigidas aos médicos para praticar abortos, e o financiamento de serviços de Planned Parenthood a cargo de fundos públicos.

Por último, o Supremo Tribunal, embora por vezes anule sentenças anteriores, costuma inclinar-se por respeitar as precedentes. No caso *Roe*, os magistrados provavelmente receiam a instabilidade e o desprestígio que sofreria o Supremo Tribunal se se verificasse que algo é ou não um direito fundamental, consoante a ideologia da maioria do Supremo Tribunal a dado momento. Mas é justamente isso o que aconteceu com a sentença *Roe*, quando o Supremo Tribunal definiu o aborto como um direito constitucional, com base noutro, o direito à intimidade, que tão-pouco é mencionado na Constituição. O caso judicial em apreço subtraiu aos estados e aos votantes o debate político e a capacidade de decidir. Com isso inflamou a polémica, que não terminou em quase meio século.

Hoje está mais polarizada ainda, e está a ser forte a [radicalização da esquerda](#) (ver “Detrás de la Noticia”, 20.2.2019). Tendo em conta a oposição ao representante do Illinois, Daniel Lipinski, democrata pró-vida, no seu próprio partido para optar pela reeleição, o [“The New York Times” interroga-se](#) (23.5.2019): “Pode um democrata ser contra o aborto?”.

R. S.

“Cuando el final se acerca”

“With the End in Mind”

Autora: Kathryn Mannix
Siruela. Madrid (2018)
328 págs.

“Depois de me deparar com a morte milhares de vezes, concluí que temos pouco a perder e muito a preparar”. Disse-o Kathryn Mannix, pioneira nos cuidados paliativos em Inglaterra, após mais de 30 anos nessa tarefa. Para ela, as sociedades contemporâneas esqueceram a cultura do acompanha-

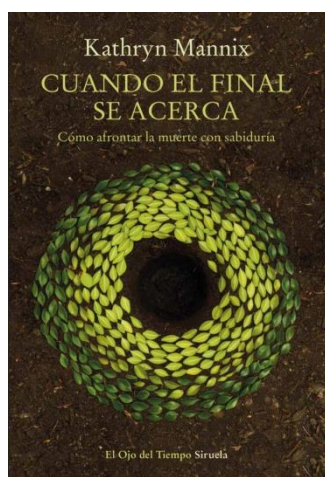
mento nos últimos momentos da existência, e o que dizem da morte os meios de comunicação não tendo nada a ver com a realidade, sentiu-se pois interpelada a escrever um livro que dê a conhecer como é, na verdade, o final da vida, para o desdramatizar e refletir sobre o melhor modo de enfrentá-lo.

O livro inclui histórias sobre situações que viveu na primeira pessoa, permitindo-lhe ocupar-se de cada uma das etapas do ato de morrer, desde a agonia até ao luto. Muitas dessas histórias são comoventes. São sobre tudo o que necessitam as pessoas para uma morte em paz: evitar-lhes o sofrimento na solidão; combater as “conspirações do silêncio”; planificar com elas a assistência de saúde que irão ter ao aproximar-se o final; cuidar dos familiares, e não tratar o doente como indivíduo isolado; criar equipas de assistência multidisciplinares onde médicos e enfermeiras tenham colaboração especial; avançar diretrizes de medicação realistas, ajustadas às circunstâncias e patologias dos doentes; dedicar-lhes tempo, sentando-se junto deles, para ouvir, conhecer os valores e anseios deles, e informá-los; não fazer imposições, mas acompanhar; reconhecer os erros e pedir desculpa.

Nos anos de profissão, Mannix descobriu que quase todas as pessoas que conheceu “no final dos seus dias são extraordinárias. Suportam os sintomas com coragem. Aceitam não poder evitar a morte e aproveitam cada dia como o último. Subtraem-se à tirania dos planos, não se preocupam com o futuro e desfrutam do presente”. Para isso, tanto os profissionais como os acompanhantes devem cumprir o seu papel, percebendo que todas as pessoas que estão na proximidade da morte podem ter vidas tão significativas como as nossas.

O livro, *best seller* no Reino Unido, é semelhante a outros *best sellers*: “[Being Mortal](#)”, de Atul Gawande (“Aceprensa”, 29.4.2015), e “[Do No Harm](#)”, de Henry Marsh (“Aceprensa”, 26.4.2016). Como estes, não só interessa aos profissionais de saúde, como a qualquer pessoa. Todos morreremos e acompanharemos alguns dos nossos entes queridos na sua morte.

V. B. C.



“Zero Days”

“Zero Days”

Realizador: Alex Gibney

Atores: David Sanger, Eric Chien

Duração: 115 min.

Ano: 2016

Este documentário foca-se na questão da ciber-segurança das nações, das empresas e dos indivíduos. Analisa vários casos reais e descreve de que forma toda esta realidade digital pode ser ameaçada por diferentes agentes com diversas motivações.

Uma verdade conhecida mas, por vezes, subestimada, é a de que atuar fora da lei pode ser recompensador. Agir por dinheiro ou pelo controlo do poder pode levar uma pessoa a quebrar barreiras éticas sem qualquer problema. Aliás, o próprio modo em que está feito o filme revela isso mesmo: como pessoas contratadas por empresas em que assinaram acordos de confidencialidade, acabam depois por vir dizer para a opinião pública o que fizeram. Às vezes, demonstram um arrependimento sincero, mas outras vezes, podem apenas estar à procura de novas oportunidades. Em todos os casos, pode-se constatar como são pessoas altamente competentes nas suas tarefas laborais, mas também se nota que colocam os seus talentos ao serviço de interesses nem sempre honestos. A área dos Recursos Humanos sempre foi rica em surpresas...

Este filme é um retrato poderoso das guerras políticas e económicas que se travam no universo digital e das ameaças que esse mesmo universo enfrenta.

Tópicos de análise:

1. Na seleção de pessoas, a motivação é uma das variáveis chave.
2. Formar pessoas íntegras na área digital fortalece a empresa.
3. Atuar sem princípios, acaba por se voltar contra o próprio sujeito.

[Hiperligação](#)

Paulo Miguel Martins

Professor da AESE

